

## IAOD da Deputada Lo Choi In em 28.02.2022

### **Promover planos de longo prazo para resolver a falta de lares de idosos e melhorar o serviço de apoio durante o tempo de espera**

Até 2021, os residentes com idade superior a 65 anos representavam 12,2 por cento da população de Macau e, de acordo com a previsão demográfica de Macau, o rácio da população idosa com idade superior a 65 anos aumentará para 16 por cento em 2026 e 19,9 por cento em 2036. O envelhecimento da população, cada vez mais grave, e o aumento de idosos com uma idade mais avançada fazem com que a procura de lares seja cada mais acentuada, portanto, é premente encontrar uma solução para o problema dos cuidados permanentes a idosos.

Na sequência dos esforços continuados do Governo e dos serviços competentes, o âmbito dos serviços destinados a idosos tem vindo a alargar-se, e a qualidade dos serviços prestados pelos lares para idosos e o número de vagas também têm vindo a aumentar. Há actualmente, em Macau, 22 lares para idosos com um total de cerca de 2 mil e 500 vagas, cujo tempo de espera é muito melhor do que o das regiões vizinhas. Mas a procura por lares é enorme, e o número de lares em Macau está longe de poder satisfazer as necessidades. Apesar de o Governo da RAEM e as autoridades competentes terem investido muitos recursos na prestação de cuidados aos idosos e de terem aperfeiçoado muitas medidas de saúde, mesmo que as autoridades envidem esforços para aumentar o número de lares, dificilmente conseguem dar resposta à procura. De entre os vários pedidos de apoio que acompanhei, não são poucos os idosos que tiveram de aguardar, em média, por um período superior a um ano para aceder a um lar. Embora o tempo de espera seja muito mais curto do que o das regiões vizinhas, continua a ser longo, o que não deixa de constituir um grande sofrimento para os idosos e suas famílias. Mais, nesse período de espera, se a situação física e psicológica do idoso piorar, os serviços competentes têm de mobilizar mais recursos médicos.

Assim, o Governo da RAEM tem de definir um plano de longo prazo, ponderando todas as necessidades dos idosos, prestar-lhes vários serviços de apoio, a fim de reduzir os encargos do Governo, e articular-se entre as diferentes fases dos serviços a prestar aos idosos com eficácia. Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo e os serviços competentes devem reservar, no âmbito do planeamento urbanístico, mais terrenos para a construção de lares de idosos, de residência para idosos e de equipamentos sociais, mas sem afectar a oferta de habitação pública, com vista a prestar serviços médicos, de enfermagem e de reabilitação aos idosos necessitados, nomeadamente, há que aumentar a taxa de utilização do solo quando as condições o permitirem, a fim de dar resposta à procura premente de lares de idosos.

2. O Projecto “Serviços médicos especializados de proximidade em lares de idosos”, financiado pelo Governo da RAEM, já abrange quatro lares de idosos, e obteve o reconhecimento de todos os sectores da sociedade e da população em geral, pois conseguiu-se diminuir a pressão das instituições médicas. Actualmente, existem em Macau 22 lares para idosos e, em breve, estarão mais 2 concluídos, pelo que o Governo deve criar uma reserva de pessoal, com médicos, enfermeiros, assistentes sociais, fisioterapeutas e auxiliares, com o objectivo de cobrir todos os lares de Macau e alargar o âmbito dos serviços de apoio de proximidade no âmbito dos cuidados domiciliários, pois deve-se reforçar o apoio aos idosos que vivem no seu próprio domicílio, melhorar a sua vida e aliviar a pressão dos seus cuidadores.

3. Os cuidados aos idosos devem ser orientados pelo Governo e, a longo prazo, deve ponderar-se a mercantilização dos serviços para idosos, e também reforçar e aperfeiçoar a articulação entre os diferentes bairros comunitários ao nível dos benefícios, políticas e formas de transferência dos serviços de saúde. Tomando como referência a prática das regiões vizinhas, deve-se aplicar o princípio de “os recursos a acompanharem os beneficiários”, para que os idosos de Macau a viver permanentemente na China tenham acesso aos mesmos recursos, o que, para além de aliviar os encargos do Governo, facilita a vida aos idosos, permitindo-lhes a escolha de lares e de serviços de acordo com as suas próprias capacidades.

O envelhecimento da população de Macau ainda vai atingir o seu pico. Face à grande procura de serviços para idosos, e para dar resposta às necessidades dos cuidados para os idosos da sociedade, o Governo deve ter como princípio que, “se navegar e não avançar contra a maré, irá recuar”. Assim sendo, solicito ao Governo que aumente, de forma contínua, o investimento dos recursos na prestação de serviços, e proceda também a um planeamento a longo prazo, com vista a uma articulação perfeita entre os serviços prestados aos idosos e a criação das bases para uma futura sociedade de envelhecimento pleno, porque é necessário estarmos preparados para que todas as famílias possam aliviar os seus encargos e os idosos de Macau, ter uma vida tranquila.

## **IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 28.02.2022**

### **Juntos para consolidar a defesa contra a pandemia**

Recentemente, surgiu uma nova onda de Covid-19 em Hong Kong, separada de Macau apenas por um rio, demonstrando que o vírus continua a propagar-se por todo o mundo e a situação ainda está perigosa. Por isso, não podemos baixar a guarda, e temos de consolidar a prevenção e a defesa contra a pandemia. A população deve estar unida e preparar-se bem para enfrentar os eventuais desafios.

O Governo actualizou as medidas preventivas contra a Covid-19. Com a normalização da prevenção da pandemia, a medida mais eficaz para manter e reforçar a defesa é a vacinação, as duas doses, e também a dose de reforço. Há que incentivar os idosos e crianças aptos a tomar a vacina. Só assim é que podemos minimizar os casos graves e mortes, reforçar a defesa da saúde, e impedir a propagação do vírus. Quando houver imunidade de grupo, as pessoas que não são aptas para tomar a vacina também vão estar suficientemente protegidas.

No plenário de 16 de Junho de 2021, apelei à vacinação da população. Hoje, face à propagação das variantes, volto a apelar à população para colaborar com as medidas de vacinação do Governo: as pessoas devem tomar quanto antes a vacina, e os que tomaram as duas doses devem dar o exemplo e tomar a terceira.

A vacinação contra a Covid-19 é premente! Juntos vamos construir uma defesa sólida contra a pandemia, para minimizar os casos graves e mortes.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 28.02.2022

### **Há que estar preparado para a era pós-epidemia, para encarar novas oportunidades**

A situação da epidemia continua grave ao nível mundial, e Hong Kong, nossa região vizinha, está a viver uma quinta vaga. Segundo os média, até 25 de Fevereiro de 2022, o número de casos confirmados já ultrapassava 84 046, e registaram-se 425 mortes, muitos idosos e também crianças, e a mais nova só tinha 11 meses. Em Hong Kong, a situação epidémica persiste e é muito preocupante.

As variantes da Covid-19 estão a propagar-se em mundo todo. Alguns países vão levantar todas as medidas de prevenção, uma vez que 80 a 90 por cento das pessoas já tomaram, pelo menos, uma dose de vacina, e ponderam permitir a entrada de estrangeiros que tenham tomado as duas doses. A Administração de Macau também deve ponderar e preparar um plano para a era pós-epidemia, com vista à retoma de intercâmbios com as regiões do exterior.

Durante a epidemia, muitos países adoptaram medidas de selagem e de controlo, com grande impacto para os sectores do turismo, restauração e comércio a retalho, entre outras actividades económicas. Com o aumento da taxa de vacinação, os países da Europa e os Estados Unidos da América estão gradualmente a levantar as políticas de restrição adoptadas, a fim de aliviar os prejuízos económicos provocados pela epidemia. Sendo Macau uma cidade internacional de turismo e lazer, a recuperação do turismo exige uma taxa de vacinação superior a 90%, sendo este um requisito importante, especialmente para os idosos e crianças, pois só assim é que haverá condições para alargar o intercâmbio com o exterior.

Segundo muitos especialistas do Interior da China, a medicina tradicional chinesa tem os seus efeitos na luta contra a epidemia, e a “Lianhua Qingwen Jiaonang” é um dos exemplos. O Governo de Macau definiu a medicina tradicional chinesa como uma das quatro indústrias a desenvolver na zona de cooperação aprofundada, e deve acelerar a luta contra a epidemia recorrendo à sua transformação numa das principais indústrias de Macau, desenvolvendo medicamentos de medicina tradicional chinesa para protecção constante na fase “pós-epidemia”. A medicina chinesa assumirá assim uma nova dimensão quando a epidemia for reconhecida como "endémica".

Quanto à era pós-pandemia, apresento as seguintes sugestões:

1. Prevenção e controlo conjunto na Grande Baía, e aplicação conjunta da política dinâmica de zero Covid, para garantir as actividades e intercâmbio das pessoas não infectadas. Há que seguir os critérios e medidas preventivas da Comissão Nacional de Saúde, e definir políticas de reconhecimento mútuo com os

países vizinhos, para promover a retoma económica do turismo, hotelaria, venda a retalho e restauração.

2. A Covid-19 vai ser possivelmente endémica, como a gripe, e as pessoas podem tomar vacinas trimestralmente para reforçar os anticorpos. Há que atribuir subsídios para garantir a administração periódica de futuros medicamentos por via oral, para criar uma barreira de defesa para a saúde pública, e minimizar o impacto na sociedade.

3. Há que reforçar a prática de exercício físico por parte da população, criando espaços e instalações facilitadoras, promover o desporto para todos, e fortalecer a saúde e a imunidade, para fazer face ao surto de novos vírus.

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 28.02.2022

### **Concretização programada da construção de habitação por escalões para efeitos de aquisição, através do estudo do mecanismo de articulação para apoiar a mobilidade escalonada**

No mês passado, o Governo publicou o “Estudo sobre a Política de Habitação para Fins Residenciais da Região Administrativa Especial de Macau” (adiante designado por “Estudo”), que, para além de sistematizar a política de habitação da RAEM, faz uma previsão sobre a procura de habitação dos cinco escalões, portanto, é mais abrangente do que o anterior “Relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública”. Isto contribui para esclarecer melhor a sociedade sobre as futuras políticas de habitação do Governo e sobre a quantidade e a proporção da oferta de habitação por escalão, proporcionando assim mais opções aos residentes na aquisição de habitação, o que demonstra a determinação do Governo em aplicar a política de habitação de “cinco escalões” para resolver os problemas habitacionais dos residentes, trabalho este que merece o nosso reconhecimento.

É de salientar que, segundo o Estudo em causa, entre 2009 e 2020, os preços das habitações aumentaram mais de 3 vezes e meia, no entanto, no mesmo período, os rendimentos dos residentes aumentaram apenas para o dobro. No mercado da habitação há um equilíbrio básico entre a oferta e a procura, mas existem desequilíbrios estruturais que não conseguem responder às necessidades habitacionais dos residentes com diferentes capacidades económicas, portanto, a “dificuldade dos residentes em adquirir uma habitação” continua por resolver. Assim, com base nos resultados do referido Estudo, a concretização dos respectivos planos é extremamente importante. No que diz respeito à habitação económica e social, actualmente, já há planos para a maioria dos terrenos ou já as mesmas já estão em fase de construção, as candidaturas para a habitação social já são regulares, e já se realizaram duas candidaturas para a habitação económica. Nesta fase, o que o Governo deve assegurar é que as obras sejam concluídas no prazo previsto e que haja um prazo para o acesso às habitações económicas e sociais, com vista a proporcionar aos cidadãos garantias básicas de habitação.

Quanto às habitações para a classe sanduíche e para os idosos, nas quais a população deposita muitas expectativas, eu concordo que o Governo avance com os trabalhos através de um projecto piloto. O primeiro lote de habitações para idosos já está em construção, mas ainda não foi definido o regulamento administrativo sobre a candidatura, e quanto às habitações para a classe sanduíche, também não foram definidos os requisitos de candidatura, a localização, e o preço. Assim, além de elaborar e divulgar, quanto antes, os diplomas respectivos, sugiro ao Governo que proceda ao planeamento e, em simultâneo, à legislação, e que adopte um modelo em que primeiro se admitem as candidaturas e depois se avance com a construção. Isto contribuirá para planear

melhor, através da recolha de dados dos candidatos, o número dos dois tipos de habitações a construir, acelerando-se o processo de ocupação de fracções. Mais, o Governo deve, em articulação com o desenvolvimento social, actualizar periodicamente os dados do referido Estudo, ajustando o número das habitações e a proporção das diversas tipologias para satisfazer as necessidades; e com base nisto, deve ainda ter em conta a evolução das famílias e a política de procriação, para a articulação entre os diversos tipos de habitações, por exemplo, atendendo ao desenvolvimento da família, o proprietário de habitação económica pode requerer uma outra fracção maior ou menor, ou quando tenha condições económicas melhores, pode candidatar-se às habitações para a classe sanduíche, libertando-se assim a sua habitação económica para outros candidatos. Tudo isto contribuirá para o melhor aproveitamento da habitação pública e a promoção da mobilidade vertical dos residentes.

Neste momento, muitos terrenos recuperados pelo Governo continuam sem finalidade definida, e, segundo os planos para diversas zonas, é necessário reconstruir os edifícios antigos ou alterar a sua finalidade. No plano director que foi concluído recentemente, prevê-se expressamente o planeamento de 18 zonas e as suas funções, por isso, espero que, com vista ao bom aproveitamento dos terrenos, o Governo defina, quanto antes, os respectivos planos de pormenor, permitindo assim o desenvolvimento, em simultâneo, dos projectos privados e das instalações públicas, injectando-se nova força motriz na renovação e no desenvolvimento urbanos.

## IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 28.02.2022

### **Alargamento das fontes de turistas em prol do impulsionamento do consumo e da estimulação da recuperação económica**

Segundo as estatísticas divulgadas recentemente pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o consumo total por parte dos turistas no ano passado foi de 24,45 mil milhões de patacas, um valor notável que dobrou o de 2020. Lamentavelmente, um grande surto epidémico teve lugar em Hong Kong antes do fim do Ano Novo chinês e, com os surtos nas regiões vizinhas de Shenzhen, Zhuhai e Dongguan, causado por casos importados, prevê-se que o número de turistas diminua no primeiro trimestre deste ano.

Macau é mais afectada por factores externos, e a epidemia, que persiste há dois anos, está a ter grande impacto na sua economia. O sector do jogo está a sofrer um profundo ajustamento e, no final do ano passado e no início deste ano, as salas VIP encerraram umas a seguir às outras. Devido à elevada taxa de desemprego e à redução dos rendimentos, os residentes estão mais cautelosos com o consumo. Por causa do aumento dos custos de exploração, a confiança das PME está abalada, devido à incerteza com o futuro.

Felizmente, desde o ano passado até hoje, os diversos estratos sociais recorreram a diversas formas para conseguirem o auto-salvamento, animando assim o mercado. O relançamento neste ano do programa “Passeios, gastronomia e estadia para residentes de Macau” contribui para impulsionar a procura interna e o consumo por parte dos residentes. Mais, o Governo anunciou recentemente que vai continuar a lançar ofertas aos visitantes do Interior da China, ao nível de bilhetes de avião e alojamento em hotéis, na esperança de que “as pequenas despesas do Governo incentivem grandes despesas dos turistas”, maximizando a rentabilidade real em prol da recuperação da economia global em Macau.

A pequena cidade de Macau tem vindo a depender da procura externa para impulsionar a sua economia. Sabe-se que, só com a recuperação da procura externa e a injeção de “água viva”, a economia poderá voltar ao seu caminho normal, motivando o espírito das PME. As autoridades, para além de se empenharem na prevenção e combate à epidemia, devem alargar as fontes de clientes, dando confiança às PME e estabilizando o mercado de emprego. Assim, proponho o seguinte:

1. A maior parte dos visitantes de Macau viaja sozinho ou com a família, e mais de 70 por cento vêm do Interior da China, dos quais, mais de metade de Guangdong, dando mais atenção aos projectos de entretenimento do dia-a-dia, como, o jogo, a restauração, as compras, etc. do que a passeios turísticos e eventos culturais, os quais prendem mais a atenção de visitantes de locais mais distantes. Sugiro às autoridades que planeiem os itinerários tendo em conta os gostos dos turistas, em combinação com os serviços *online* e *offline*, e que



cooperem com as plataformas de transmissão em directo da *internet* mais conhecidas do Interior da China, por exemplo, “Tik, Tok”, “Xiaohongshu”, etc., para reforçar a promoção, orientando os visitantes a entrarem nos bairros comunitários e dinamizando os negócios dos comerciantes das diversas zonas.

2. Estudar alargar os destinatários do programa “Passeios, gastronomia e estadia para residentes de Macau” aos residentes das nove cidades da Grande Baía, concentrando-se, a curto prazo, em atrair mais turistas da Grande Baía para virem consumir em Macau, envidando esforços para reforçar a atracção de turistas da Grande Baía e de Guangdong, uma importante fonte turística.

3. O Governo deve promover que todos os sectores envidem esforços para Macau poder atingir, quanto antes, as condições definidas pelo Governo Central para a retoma da normalidade dos turistas em Macau. Primeiro, há que adoptar medidas de incentivo mais eficazes para aumentar a taxa de vacinação, que em Macau, neste momento, é de 75,4 por cento, portanto, é necessário elevá-la, o mais rápido possível, para mais de 80 por cento. Segundo, há que manter uma articulação entre as diversas medidas e critérios de prevenção epidémica e as exigências do Governo Central, bem como reforçar a respectiva divulgação e diálogo, podendo o Governo da RAEM ter mais condições para negociar com o Interior da China sobre a retoma das excursões turísticas e da emissão de vistos individuais, para atrair mais visitantes para Macau e estimular a recuperação económica.

## **IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 28.02.2022**

### **Promoção do planeamento global do sistema pedonal e do desenvolvimento da economia comunitária**

Nos últimos anos, o Governo empenhou-se na optimização e alargamento dos equipamentos pedonais, tendo concluído um grande volume de trabalhos, incluindo a abertura, nas Ilhas, da passagem pedonal superior ao longo da Avenida de Guimarães, que liga a estação do Metro Ligeiro do Estádio à zona central da Taipa, o projecto de construção do acesso pedonal entre a ZAPE e a Colina da Guia, que faz a ligação entre o Arco do Oriente e o Hotel Royal, e ainda o sistema pedonal da Colina da Guia, que ficará concluído no final do corrente ano. Os equipamentos de travessia pedonal existentes foram constantemente aperfeiçoados, e nos que reúnem condições, como as passagens superiores do Jardim Triangular da Taipa e da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues, foram instalados elevadores ou escadas rolantes, facilitando assim as deslocações dos cidadãos. Estes trabalhos merecem o nosso reconhecimento. Além disso, está em curso a concepção da passagem superior para peões da Rua Norte do Patane e o estudo de viabilidade da passagem superior para peões da Avenida do Nordeste, portanto, acredita-se que a rede pedonal será ainda mais aperfeiçoada, incentivando, deste modo, os cidadãos a utilizarem mais as instalações pedonais.

Porém, a utilização das instalações novas revela que o sistema pedonal ainda tem margem de melhoria. Por exemplo, apesar da colocação dos separadores na Rua dos Pescadores, debaixo da passagem superior, algumas pessoas ainda arriscam a vida e atravessam a rua sem respeitar as regras, e para atravessar a Avenida de Guimarães, é preciso subir e descer a travessia pedonal, o que não é conveniente, assim, os residentes querem o aperfeiçoamento do sistema pedonal. Na realidade, com o aumento da população e dos carros, as lutas peão-veículo e veículo-veículo são cada vez mais notórias. Estabelecendo uma comparação entre o início de 2000, logo após o Retorno de Macau, e o fim do ano passado, a extensão das rodovias aumentou 42,7 por cento, de 324,2 km para 462,5 km, e o número de automóveis aumentou 120 por cento, de 113 mil para 250 mil. Assim, o aumento das rodovias não está a acompanhar o dos automóveis, ou seja, havia 350 veículos por cada quilómetro de rodovia, e agora são 540, e em resultado disso, a capacidade das estradas enfrenta grandes desafios. Mais, a população aumentou 60 por cento, de 430 mil para 680 mil pessoas. Assim, com o desenvolvimento socioeconómico, a população e os veículos aumentaram, mas o sistema rodoviário não acompanhou o ritmo. Devido a este impasse crónico, apesar dos trabalhos proactivos do Governo, os residentes não estão satisfeitos.

Face ao exposto, na sequência da optimização contínua das instalações pedonais, uma melhor separação entre peões e veículos será a solução viável e adequada para conseguir reduzir sistematicamente as disputas pelas vias entre estes. Sugere-se dar início à definição de um plano global do sistema pedonal de toda a cidade, que tenha por base servir melhor os peões, por forma a interligar as

diferentes instalações pedonais espalhadas pelos diversos bairros, tudo para formar uma rede pedonal completa e abrangente. Mais, é possível proceder a obras de renovação e alteração adequada das passagens superiores e túneis para peões, no sentido de elevar a acessibilidade e o grau de conforto do sistema pedonal e incentivar a população a fazer deslocações verdes. Tudo isto com vista a atingir os seguintes três objectivos:

1) Reduzir as disputas entre peões e veículos. A sugestão respectiva vai contribuir para reduzir o contacto entre peões e veículos, proporcionando aos peões um ambiente pedonal mais seguro e confortável;

2) Optimizar as instalações livres de barreiras arquitectónicas. É possível implementar uma rede de sistemas pedonais livre de barreiras, aumentando, conseqüentemente, o grau de conforto e facilitando a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais nas suas deslocações; e

3) Impulsionar o desenvolvimento da economia comunitária. Através da interligação das redes pedonais espalhadas pelos diversos bairros, é possível incentivar os cidadãos e turistas a fazer deslocações entre os antigos e novos bairros, de modo a criar boas condições para aumentar o fluxo de pessoas nas referidas zonas e reforçar o desenvolvimento equilibrado da economia comunitária.

Mais, face à oportunidade da publicação do primeiro plano director urbanístico, é possível acelerar o aperfeiçoamento do sistema pedonal, cimentando desse modo uma base sólida para a construção de uma cidade com boas condições para viver, para as deslocações e para o turismo.

## IAOD do Deputado Wang Sai Man em 28.02.2022

### Inovação tecnológica para o desenvolvimento do trânsito inteligente em Macau

O trânsito inteligente é indispensável para o desenvolvimento de uma cidade inteligente. Na sequência das duas aplicações de telemóvel “Posto de informação de tráfego” e “Localização dos autocarros”, recentemente, o Governo lançou ainda a “Macao Smart Go”, cujas funções, nesta primeira fase, incluem: “trajecto recomendado”, “transmissão em tempo real dos lugares de estacionamento com parquímetro e dos parques de estacionamento público disponíveis nas zonas circundantes”, “distância e tempo do percurso”, “estado do trânsito, a três cores”, “informações sobre as obras rodoviárias”, etc., com aditamento do serviço de “chamada de táxis”, para facilitar as deslocações diárias dos residentes.

Os utentes da “Macao Smart Go” consideram que as informações do sistema são precisas e que é uma aplicação fácil de manipular, o que alivia o problema da falta de lugares para automóveis particulares e motas, acto que merece o nosso reconhecimento. Mas os motoristas de entrega de mercadorias das indústrias de abastecimento têm vindo a enfrentar, ao longo dos anos, dificuldades em encontrar lugares para carga e descarga, pois muitas vezes têm de perder tempo a “dar voltas”, o que lhes dificulta a vida e aumenta a pressão das vias públicas, prejudicando o funcionamento e o desenvolvimento dos sectores.

Para promover ainda mais a construção do trânsito inteligente e aliviar com eficácia a pressão do trânsito rodoviário, os serviços competentes do Governo da RAEM devem prestar muita atenção à aplicação prática do sistema informático “Macao Smart Go”, contribuindo para facilitar as deslocações da população e o funcionamento dos sectores através das novas tecnologias.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. A aplicação “Macao Smart Go” ainda tem grande espaço para optimização e melhoramento. Embora a mesma mostre o tempo e o local de “circulação condicionada”, o ambiente do trânsito é complexo e as informações sobre as respectivas alterações nem sempre conseguem ser divulgadas atempadamente. Propõe-se que seja acrescentada a função de recolha de opiniões do público, para os residentes poderem publicar informações imediatas sobre a situação rodoviária, por exemplo, o local onde o veículo em frente teve um acidente, onde as placas de sinalização caíram ou onde encontraram obstáculos que bloquearam o trânsito, etc., para os outros utentes poderem conhecer atempadamente as situações imprevistas, como, engarrafamentos e acidentes de trânsito, e escolherem, o mais cedo possível, o seu itinerário.

2. Pode-se ponderar acrescentar na “Macao Smart Go” a função de pesquisa de “Zona legal de carga e descarga de mercadorias”, proporcionando facilidade ao

sector na entrega de mercadorias e na sua carga e descarga; bem como acrescentar a função de pesquisa de “Lugares de estacionamento nocturno”, abrindo as vias públicas para o estacionamento dos veículos ligeiros fora das horas de ponta.

3. Propõe-se a abertura de uma interface de informação pública pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), permitindo a outras aplicações o uso dos dados para aplicações secundárias, desenvolvendo a criatividade do sector para a valorização dos recursos de dados e a criação de um novo espaço de aplicação criativa para a sociedade.

4. Muitos residentes não estão familiarizados com as funções da “Macao Smart Go”, por isso sugere-se ao Governo que reforce a sua divulgação, adicionando mais vídeos pedagógicos, generalizando-a gradualmente, para os cidadãos poderem conhecer o seu funcionamento, promovendo o desenvolvimento do “Trânsito inteligente” de Macau.

## **IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 28.02.2022**

### **Plano de renovação urbana e papel da Macau Renovação Urbana**

Existem em Macau muitos edifícios antigos e o seu grau de envelhecimento é grave. Segundo o Estudo sobre a política de habitação para fins residenciais da RAEM, até finais de Junho do ano passado existiam em Macau 32 194 fracções autónomas com 40 anos ou mais, representando 13,5% do total, concentradas principalmente nos bairros antigos das zonas de San Kio, Areia Preta, Iao Hon e Praia do Manduco. Olhando para a situação real dos prédios dos bairros antigos, não é difícil verificar que muitos deles apresentam problemas, tais como, envelhecimento das instalações, falta de manutenção e reparação, mau ambiente, etc., afectando gravemente a qualidade de vida dos moradores, portanto há que proceder ao devido aperfeiçoamento, resolver o problema pela raiz e elevar as condições de vida, através da renovação urbana, pois os moradores dos bairros antigos estão ansiosos por ver isso.

O Regime jurídico da renovação urbana já está em discussão há muito tempo. Segundo a actual proposta, o eixo dos trabalhos prende-se com a reconstrução dos prédios antigos únicos, o que é diferente do que os residentes pensam, no entanto, é possível reduzir os eventuais obstáculos e criar uma base para o desenvolvimento por zona no futuro. Apesar disto, se for assim, a iniciativa de avançar com a renovação e o sucesso dos respectivos trabalhos dependem sempre dos proprietários, portanto, o peso que a sociedade da renovação urbana assume nos projectos de reconstrução vai ser significativamente reduzido. Mais, muitas vezes os prédios antigos únicos são adjacentes a outros edifícios, e uma operação parcial facilmente acarreta impactos para todo o conjunto, afectando a segurança de construção de todo o bairro. Mais, a área de terreno que os edifícios únicos ocupam é pequena, portanto, há que ponderar se a mesma é suficiente para satisfazer o moderno desenvolvimento da sociedade e as necessidades do dia-a-dia dos residentes, tais como a introdução de elevadores, espaços de arborização, instalações de lazer, etc., elementos que podem aumentar e otimizar a acessibilidade e a qualidade da vida dos residentes. Estes factores vão influenciar a vontade dos proprietários em avançar com a reconstrução e, portanto, têm um papel determinante para estes chegarem a um consenso e para levar a cabo, de forma bem-sucedida, a reconstrução, para além do impacto para o desenvolvimento por zona de Macau. Embora o eixo da proposta de lei consista na reconstrução dos prédios antigos, espera-se que, no futuro, a empresa da renovação urbana assuma a liderança, promovendo a reconstrução por zona nos bairros em que haja condições para tal, com vista a otimizar e aperfeiçoar o ambiente de vida nos bairros comunitários.

Mais, o projecto de reconstrução dos sete edifícios de Iao Hon levou muitos anos, no ano passado, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, acabou por confirmar que o planeamento e a concepção da reconstrução dos referidos edifícios iam ser

desenvolvidos por zonas. A parcela situada no Norte do Edifício Son Lei reúne condições para se avançar com a primeira fase dos trabalhos de renovação urbana dos referidos edifícios, e os moradores depositam grandes expectativas neste projecto, no entanto, até ao momento, a Macau Renovação Urbana S.A. ainda não divulgou quaisquer detalhes sobre o projecto de renovação urbana do Bairro de Iao Hon, por exemplo, não se sabe ao certo se o terreno onde estava o escritório do Conselho de Reordenamento dos Bairros Antigos, ou seja perto do Edifício Son Lei, vai ser destinado a habitação para alojamento temporário ou a outras finalidades, nem existem informações sobre o ponto de situação da definição dos planos e dos trabalhos, o número de proprietários contactado, a percentagem necessária para avançar com a reconstrução, e o sucesso ou falhas no arranque da reconstrução. Espero que o Governo divulgue rapidamente as referidas informações, a fim de dar resposta aos desejos de longos anos dos residentes, para que estes possam viver tranquilamente e ver a sua qualidade de vida melhorada.

## **IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 28.02.2022**

### **Reforço do apoio ao desenvolvimento sustentável das pequenas e médias empresas**

A epidemia do novo coronavírus persiste há mais de dois anos e está a afectar gravemente o desenvolvimento económico de Macau. No segundo semestre do ano passado, a epidemia em Macau sofreu flutuações, e perderam-se as oportunidades das férias de Verão e do Dia Nacional da República Popular da China, que são alturas importantes para o turismo. Felizmente, a situação manteve-se estável nos meses de Novembro e Dezembro, e com o Grande Prémio, o Festival de Gastronomia, o Festival de Luz, e os espectáculos de drones, entre outras actividades, a cidade foi visitada por mais turistas, que chegaram a 40 mil na véspera de Natal. No entanto, antes do Ano Novo Lunar surgiu uma epidemia em Zhuhai, mas devido ao rigor na defesa por parte do Governo e da população de Macau, conseguiu-se um ambiente seguro e propício para o turismo, e o espectáculo de fogo-de-artifício e a Parada de Celebração do Ano Lunar voltaram a realizar-se, com sucesso, ao fim de dois anos. Durante a semana dourada do Ano Novo Lunar, entre 31 de Janeiro e 6 de Fevereiro, Macau recebeu mais de 110 mil visitantes, e a taxa média de ocupação hoteleira foi de 63,8%, um aumento em relação ao período homólogo do ano passado. Aliás, no início de Janeiro, reiniciaram-se os “Passeios, gastronomia e estadia para residentes de Macau” e, assim, vários factores contribuíram para a melhoria do ambiente, proporcionando uma nova atmosfera para o desenvolvimento das empresas de Macau.

Infelizmente, no final das férias do Ano Novo Chinês, a situação epidémica agravou-se bastante em Hong Kong e em algumas regiões do Interior da China a situação está instável, portanto, continua a ser missão importante de Macau manter a segurança e a estabilidade social, colmatar as lacunas na prevenção da epidemia, e prevenir casos importados e o ressurgimento da epidemia no território. Macau continua a combater a epidemia de Covid-19, portanto, espera-se que o Governo faça bem os trabalhos de prevenção para manter os resultados, cuja conquista não foi nada fácil, proporcionando assim uma base sólida para a recuperação da economia local.

Nesta fase de normalização da prevenção da epidemia, como promover a recuperação económica, manter a sobrevivência das empresas e garantir o emprego dos residentes são as dificuldades que Macau está a enfrentar. Nos últimos dois anos, o Governo implementou três rondas de medidas de apoio económico e oito medidas de apoio às PME que, do ponto de vista da circulação económica interna, contribuíram, de facto, para estimular a economia e incentivar a procura interna, nomeadamente para a sobrevivência das PME. Neste momento, não é claro como vai ser a evolução da epidemia, e as dificuldades de exploração das PME e a situação de emprego dos residentes agravam-se, por



isso, espero que o Governo reveja a eficácia das medidas de apoio económico e, com base nisso e tendo em conta a situação actual, implemente políticas de apoio específicas e sustentáveis, para oferecer mais apoios aos residentes e empresas afectados, com vista a ultrapassar este tempo difícil em conjunto com a população e a reforçar a resiliência das empresas.

Proponho ao Governo que implemente medidas inovadoras para atrair os turistas e melhorar a qualidade do turismo, crie incentivos para aumentar o número de turistas, reforce o desenvolvimento económico dos bairros e aproveite as suas características próprias, e encoraje o sector respectivo a inovar e explorar, com mais coragem, os elementos históricos e as características arquitectónicas dos bairros, para criar novos itinerários turísticos, elevar a qualidade dos itinerários em geral e aprofundar a cooperação entre os diversos sectores no âmbito do “Turismo +”. Por exemplo, pode aproveitar-se bem a plataforma social do Interior da China para promover activamente os passeios de cultura aprofundada, passeios náuticos e passeios gastronómicos, que são bem acolhidos, para atrair mais turistas a visitar Macau, promovendo-se, assim, a recuperação económica.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 28.02.2022

### **Desenvolver o mecanismo de cooperação entre serviços e resolver a insuficiência de hotéis para observação médica**

Com a eclosão do surto epidémico comunitário em Hong Kong, registou-se uma propagação rápida do vírus, com milhares de novos casos e um aumento contínuo do número de óbitos, o que leva a que muitos residentes de Macau que residem em Hong Kong, por razões de trabalho e de prosseguimento de estudos, bem como os seus familiares, estejam preocupados, esperando aqueles poder regressar o mais rápido possível a Macau para se reunirem com as suas famílias. Na realidade, muitos hotéis para observação médica encontram-se cheios, desde o final do ano passado, e isto demonstra uma insuficiência contínua desses hotéis, não podendo, assim, satisfazer as necessidades reais dos residentes que regressam a Macau. O Governo divulgou recentemente que as pessoas que vierem de Hong Kong só podem ficar alojadas no Hotel Tesouro, e esta nova medida surpreendente apanhou a população desprevenida.

Atendendo ao agravamento da situação pandémica na região vizinha, compreendo a política adoptada de “prevenção rigorosa de importação da pandemia”, e reconheço que o Governo tem a responsabilidade de garantir a segurança dos residentes de Macau, mas sou de opinião que, quando se implementam novas medidas de prevenção, o Governo tem de ter o seu trabalho preparado e coordenado com antecedência. Recentemente, recebi no meu gabinete de deputado dezenas de pedidos de apoio, e todos apontam que o hotel designado para observação médica não tem dado resposta aos pedidos de informação, bem como não houve respostas suficientes quando telefonaram para os diversos serviços públicos. Por outro lado, alguns residentes conseguiram reservar quarto, mas não conseguiram comprar bilhete de autocarro, e houve ainda casos em que conseguiram reservar quarto, mas, devido às alterações das políticas, tiveram de cancelar as reservas, e ficaram sem saber a quem recorrer para pedir ajuda. Para pedir apoio, ajudei, várias vezes, os residentes a enviarem cartas e a procurarem ajuda junto dos serviços competentes. Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Elaborar, com a maior brevidade possível, os planos de contingência que possibilitem uma plena colaboração interdepartamental. Quanto aos pedidos de apoio apresentados pelos residentes, sou de opinião que, antes da implementação de novas medidas, os serviços competentes devem preparar o seu pessoal da linha da frente, para que este possa dar resposta imediata; os serviços competentes devem recolher as questões e encontrar soluções adequadas através da cooperação interdepartamental. Mais, sugere-se aos serviços competentes que reforcem a comunicação com os hotéis designados para observação médica, ajudando o pessoal a dar resposta aos residentes. Ao mesmo tempo, proponho ao Governo que coordene os trabalhos de reserva de quartos e bilhetes de autocarros para os residentes que já tenham reservado um

quarto anteriormente, pois eles já tinham tudo preparado, mas depois ficaram perdidos devido às alterações das medidas.

2. Tomar a iniciativa de oferecer mais opções de regresso a Macau aos nossos residentes que se encontram em Hong Kong. Compreendo que aos hotéis de observação médica se impõem exigências rígidas quanto às condições físicas e aos recursos humanos, portanto, é provável que não haja muitos hotéis para o efeito. Sugiro aos serviços competentes que tomem a iniciativa de reforçar a cooperação com as regiões vizinhas do Interior da China, como Zhuhai, para estudar a possibilidade de os residentes de Macau que regressam de Hong Kong ficarem em quarentena em hotéis do Interior da China, proporcionando-lhes, assim, mais uma opção.

3. Reforçar os trabalhos de sensibilização para a vacinação das populações das duas extremidades. As experiências da região vizinha evidenciam a importância das vacinas contra a epidemia e o seu efeito na redução das doenças graves e das taxas de mortalidade. Em Macau, a taxa de vacinação dos idosos e das crianças está muito aquém da de outras faixas etárias, por isso, sugiro ao Governo que coopere com as escolas e associações cívicas para reforçar os trabalhos de divulgação da vacinação nesses dois grupos etários, por forma a dissipar as dúvidas e preocupações dos cidadãos e seus familiares em relação à vacinação, e a elevar a taxa de vacinação em geral, criando, assim, uma barreira de prevenção da epidemia.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 28.02.2022

### Prevenção e preparativos para um eventual surto na comunidade

Em Hong Kong, com a grave situação causada pela quinta vaga, houve surtos na comunidade, com uma sobrecarga no sistema da saúde, pois são gravemente insuficientes as instalações de isolamento e camas, bem como os recursos humanos médicos. Por causa disto, foi necessário colocar camas de pacientes fora do hospital, e diversos pacientes infectados não receberam um isolamento eficaz. Mais, tem havido casos em que idosos e crianças não vacinados sofreram sintomas graves ou faleceram, uma situação que suscitou elevada atenção e preocupação da sociedade.

O Governo da RAEM tem insistido na estratégia de “prevenir casos importados, evitar o ressurgimento de casos internos” e assegurado bem os trabalhos de normalização do combate à pandemia. Mas, com o rápido desenvolvimento da situação pandémica em Hong Kong, é difícil Macau só se limitar a proteger-se, aliás, a pressão de prevenir casos importados tem aumentado, assim, a prevenção e o controlo da situação de pandemia tornaram-se críticos e complexos. A variante Ómicron é altamente contagiosa, com rápida propagação. Com a elevada densidade populacional de Macau, se houver propagação na comunidade e um surto em grande escala, as consequências serão inimagináveis. A sociedade espera que o Governo tome como referência as experiências de outras regiões, avançando, já, com os preparativos de contingência para diversas fases, sobretudo em relação aos hotéis de quarentena, camas de isolamento, recursos humanos de saúde, capacidade relativa à testagem, etc., e divulgue, quanto antes, planos de resposta a um eventual surto na comunidade e os respectivos trabalhos de prevenção e combate à pandemia, para dissipar as dúvidas dos residentes.

O problema que se destaca em Hong Kong é a insuficiência de camas de hospital e de instalações de quarentena, e não é possível separar eficazmente das pessoas saudáveis os doentes e os indivíduos de contacto próximo, e uma parte dos que deveriam ter sido isolados precisa de ficar em casa à espera de lugares disponíveis para quarentena ou tratamento eficaz, o que resultou na propagação rápida do vírus; mais, muitos profissionais de saúde, na sua maioria, foram infectados não nos hospitais mas na comunidade, nos locais de residência ou noutros locais, o que causou a perda de pessoal médico. Em Macau, já não são suficientes as camas para quarentena, os hotéis para observação médica e as urgências para lidar com a epidemia, por isso, as pessoas que querem regressar a Macau dificilmente conseguem um quarto nesses hotéis. Caso ocorra um surto epidémico nos bairros comunitários, crê-se que a situação em Macau será mais grave, por isso, é muito importante saber se as instalações de quarentena são suficientes. Como a construção das instalações leva tempo, o Governo deve acelerar a procura de terrenos e definir planos para a construção de instalações de cuidados comunitários de grande dimensão e de um hospital de campanha,

para evitar o colapso do sistema de saúde; caso seja necessário, o pessoal médico pode ser alojado em hotéis de quarentena para evitar infecções nos bairros comunitários. O Governo deve continuar a reforçar a comunicação com os diversos sectores sociais e empresas, apelando para que assumam as suas responsabilidades sociais e apoiem as políticas de prevenção de epidemias de Macau. A obra de ampliação do Edifício de Especialidade de Saúde Pública (1.<sup>a</sup> fase) do Centro Hospitalar Conde de São Januário, ou seja, o Edifício de Doenças Transmissíveis, está em construção. Espera-se que as obras se realizem o mais breve possível, para garantir que não sejam adiadas, para aquele entrar em funcionamento o mais cedo possível, de modo a proteger a saúde pública local e a saúde da população. Por outro lado, para reduzir a possibilidade de ocorrerem casos graves e mortes, o Governo deve promover e encorajar, de forma voluntária e activa, as crianças e os idosos, desde que as condições físicas o permitam, a submeterem-se a vacinação, sugerindo ainda às escolas e empresas que implementem medidas amigáveis, por exemplo: se acompanhar os filhos ou os idosos na vacinação pode gozar férias remuneradas, e as escolas podem tratar, de forma flexível, as faltas dos alunos devido à vacinação, para que os residentes se sintam mais tranquilos.

Durante este surto epidémico, alguns residentes de Hong Kong optaram por sair ilegalmente para fugir à epidemia. Várias cidades do Interior da China já reforçaram as medidas de prevenção contra a imigração ilegal, e Macau deve aprender a lição, reforçando a troca de informações e a cooperação na execução da lei com as regiões vizinhas, e, através de meios tecnológicos, impedir a entrada ilegal, mantendo a segurança pública e os resultados da prevenção da epidemia.

## IAOD do Deputado Zheng Anting 28.02.2022

### Aperfeiçoamento das medidas tomadas em relação aos hotéis e aumento da taxa de vacinação

Com o aumento da epidemia em Hong Kong, Macau restringiu ainda mais as medidas preventivas, organizando de forma unificada o isolamento dos indivíduos que chegam de Hong Kong a Macau nos “hotéis de observação médica” e, ao mesmo tempo, procede-se à gestão em circuito fechado dos trabalhadores desses hotéis de isolamento, minimizando a possibilidade de infiltração do vírus na comunidade. As medidas preventivas adoptadas pela Administração merecem o nosso reconhecimento. Ao mesmo tempo, o Governo deve melhorar a marcação prévia dos hotéis para isolamento e a frequência das viagens do *shuttle bus* da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, a fim de facilitar o transporte dos residentes de Hong Kong que regressam a Macau.

Muitos residentes já tinham reservado os quartos desses hotéis conforme é exigido para observação médica. Mas, devido à evolução epidémica em Hong Kong, a partir de 25 de Fevereiro de 2022, todos os indivíduos que entrem em Macau provenientes de Hong Kong apenas podem realizar observação médica no Hotel Tesouro. Alguns residentes entendem a necessidade dessa alteração da política de entrada e saída do Território, mas consideram que o Governo deve tomar a iniciativa de ajudar aqueles que já tinham reservado outros hotéis, antes da mudança da política, para a sua transferência para o Hotel Tesouro, com dispensa dos procedimentos de nova reserva de quarto. Ao mesmo tempo, tem sido impossível contactar o Hotel Tesouro através da linha de reserva de quartos, e o correio electrónico não tem sido respondido. Segundo as autoridades, os residentes devem reservar os seus quartos por correio electrónico, e apelam para que não se repitam os mesmos *e-mails*, com vista a elevar a eficiência no tratamento destes. Na minha opinião, o Governo deve aperfeiçoar a forma de reserva de quartos e, por exemplo, criar um sistema de reserva de quartos *on-line*, destinado exclusivamente à reserva de quartos nos hotéis de observação, para facilitar, com maior precisão e eficácia, a reserva de quartos aos residentes.

Quanto ao número dos hotéis de observação médica, as autoridades têm vindo a colaborar com o sector, para aumentar o número dos referidos hotéis. Mas o cumprimento dos requisitos de prevenção epidémica exigidos para os sistemas de ventilação, etc. desses hotéis e a forte capacidade de transmissão pelo ar da Ómicron vão dificultar o encontrar de mais hotéis de observação médica com padrões elevados, como o Hotel Tesouro. Nos últimos dias, entre as pessoas que regressaram a Macau de Hong Kong, registou-se o caso 80 confirmado, e 1 infectado sem sintomas. Assim, aquando da ponderação do aumento do número daqueles hotéis, há que ter em conta a capacidade do sistema de saúde para o tratamento e reabilitação dos doentes confirmados.

Quanto ao trânsito, alguns residentes esperam que as autoridades coordenem

os serviços de reserva de “autocarros dourados” e dos quartos do Hotel Tesouro, a fim de garantir que todos os que conseguiram quartos nesse hotel possam ter bilhete de autocarro garantido para regressar a Macau com sucesso, fazendo uma ligação sem fissuras. Mais, os motoristas desses autocarros exercem actividade de transporte transfronteiriço de passageiros, trabalham em espaços confinados e estão expostos a alto risco de disseminação do vírus. Assim, as autoridades devem desenvolver bem os trabalhos de prevenção epidémica e protecção junto dos motoristas, prestando-lhes a devida atenção e apoio, para que possam prestar, de forma saudável e segura, serviços de transporte de passageiros.

Para além disso, até ao dia 17 de Fevereiro, a taxa de vacinação em Macau foi de 75,4 por cento: dos 3 aos 11 anos, foi de 6,7 por cento, dos 70 aos 79 anos, de 45,7 por cento, e com 80 anos ou mais, de 17,9 por cento. Apelo aos cidadãos para que se empenhem na vacinação, construindo conjuntamente uma barreira imunológica e reduzindo os riscos de ocorrência de doenças graves e morte.

**Promoção da diversificação adequada da economia e aceleração da recuperação do turismo e do consumo**

Depois de gravemente afectado pela Covid-19, o Governo definiu, nas LAG para o corrente ano e no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, planos e acções ainda mais científicos e racionais. O sucesso depende da boa concretização dos planos definidos, e o mais importante agora é a união dos esforços de todos para, em conjunto, promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Há que agarrar bem as oportunidades de desenvolvimento do País e aprofundar a cooperação entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin, dando prioridade ao desenvolvimento das quatro indústrias emergentes, a saber, “investigação científica e tecnológica e de produção de alta qualidade”, “medicina tradicional chinesa e de outras marcas de Macau”, “actividades culturais, convenções, exposições e comércio” e “finanças modernas”. Ao mesmo tempo, deve-se participar activamente na construção da Grande Baía e de “Uma Faixa, Uma Rota”, para uma melhor integração no desenvolvimento nacional, contribuindo com todos os nossos esforços para a diversificação económica e o desenvolvimento sustentável de Macau.

Macau é uma cidade turística de renome mundial, mas a sua estrutura económica é pouco diversificada. O desenvolvimento do turismo e dos sectores relacionados, incluindo os do jogo, transportes, hotelaria e restauração, comércio por grosso e a retalho, etc., continuará a ser decisivo para a aceleração da recuperação económica de Macau neste ano e durante algum tempo no futuro. Actualmente, a pandemia está ainda muito grave, com um grande surto em Hong Kong e um ressurgimento constante no Interior da China, colocando-se assim grandes desafios e incerteza à recuperação económica de Macau. Pelo exposto, devemos empregar mais esforços na prevenção e controlo da epidemia, aderindo, com rigor, à política de “evitar a importação do vírus e prevenir surtos da epidemia nesta cidade”.

De acordo com o 14.º Plano Quinquenal do País sobre a promoção do desenvolvimento do turismo de alta qualidade, há que atingir os objectivos do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau” e, sob o pressuposto de garantir a segurança em ambiente pandémico, há que promover activamente o desenvolvimento integrado de quatro sectores, isto é, turismo “+ convenções”, “+ desporto”, “+ comércio electrónico” e “+ indústrias culturais e criativas”. Por exemplo, há que reforçar a cooperação aprofundada com as empresas culturais e criativas, convidando as pessoas deste sector a participarem nos eventos e festividades, e promover o desenvolvimento integrado das indústrias culturais e turísticas, para enriquecer de forma contínua os conteúdos relacionados com o Centro Mundial de Turismo e Lazer, e com isso contribuir para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Há que apoiar também esta indústria na descoberta de mais itinerários turísticos, planear bem as visitas às ilhas próximas de Macau e de Hengqin, disponibilizar passeios sob o



tema de saúde em medicina tradicional chinesa, e itinerários turísticos com características próprias, e implementar, em cooperação com uma plataforma turística *online* de grande escala, o lançamento de produtos turísticos temáticos multidestinos, para aprofundar a cooperação no desenvolvimento do turismo regional e promover o desenvolvimento continuado do turismo de Macau.

Com base nos resultados do ano passado, há que continuar a realizar a “promoção de rua ‘Semana de Macau’” e acções promocionais dos sectores de turismo, convenções e exposições nas principais cidades do Interior da China, e, através dos serviços *online* e *offline*, reforçar a promoção de Macau como destino turístico seguro; a divulgação dos grandes eventos internacionais, das festividades, e das actividades culturais e artísticas únicas; a promoção de Macau como cidade famosa pela sua história e cultura, especialmente pelo seu património mundial e ainda como cidade criativa e gastronómica a nível mundial; e a cooperação com as plataformas de companhias aéreas, comércio electrónico e turismo *online*, proporcionando benefícios de consumo em bilhetes de avião e alojamento aos turistas do Interior da China; etc. Isto tudo para que mais residentes do Interior da China conheçam Macau e mais turistas do Interior da China visitem Macau, para alcançar um crescimento estável e um novo recorde no número de visitantes neste ano, acelerando o ritmo da recuperação através do consumo turístico, em prol da revitalização da economia e de melhores garantias de emprego.

## **IAOD dos Deputados Kou Kam Fai e Pang Chuan em 28.02.2022**

### **Basear-se no espírito crucial da cultura chinesa, para potenciar a sinologia mantendo a diversidade cultural**

Como se sabe, o posicionamento de Macau na Grande Baía é “base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de culturas diversificadas”. Esta definição que marca uma nova era foi feita há cinco anos, e temos de fazer um balanço rigoroso sobre o seu cumprimento, nas vertentes da cultura, educação, turismo e economia, para inspirar os futuros trabalhos.

No início de 2017, o País publicou as “Sugestões sobre a implementação dos projectos de promoção e desenvolvimento da excelência da cultura tradicional chinesa”, que contêm orientações importantes para a construção da referida base por parte de Macau.

Primeiro, é preciso esclarecer os valores cruciais da cultura chinesa e os objectivos da sua promoção. Penso que os objectivos são para reforçar a identidade nacional, a autoconfiança na cultura e o amor pela Pátria e por Macau. De acordo com as sugestões, que abordam os pensamentos cruciais, virtudes tradicionais e valores humanistas, os princípios essenciais da cultura tradicional chinesa são buscar a verdade a partir dos factos, coexistir com as divergências, ter por base a população, e defender a moralidade e a benevolência, todos retirados dos cânones da sinologia. Assim, para promover a cultura tradicional, é preciso reconhecer o valor da sinologia para construir uma China orientada pela moralidade e cultura na era moderna.

Mais, temos de saber bem quais são as características da cultura de Macau. A cultura de Macau não se cinge ao “património cultural” e aos “fenómenos culturais” actualmente existentes nesta pequena terra, devendo, antes, abranger um espírito de abertura e um conceito integral, que tem um sentido ao nível da história moderna e da modernização, e é formado pela fusão das culturas ocidental e oriental.

Seja como for, a questão de dar continuidade e promover a cultura chinesa continua a existir em Macau, mas, quanto mais difícil é esta tarefa, maior será a necessidade de avançarmos com o respectivo desenvolvimento e exploração.

Em primeiro lugar, quanto aos ensinios primário e secundário, a educação da cultura tradicional carece duma programação global e do respectivo espírito substancial, o que vai directamente afectar os trabalhos da RAEM na formação de talentos que dominem os conhecimentos fundamentais da sinologia – recorrer à cultura tradicional para formar talentos que amem e sirvam verdadeiramente a nação.

Em segundo lugar, devido à cultura chinesa e às características culturais próprias de Macau, pode focar-se dois aspectos: “História e Cultura de Macau” e “Estudo Nacional”. Mas devemos ter consciência de que os docentes das escolas primárias e secundárias de Macau, muitas vezes são especializados nos ensinamentos respectivos, podendo não ter estudado muito sobre esses dois aspectos. Os serviços competentes do Governo devem prestar a devida atenção ao assunto e definir planos: 1) Incentivar a população a tomar a iniciativa de criar academias ou clubes de leitura para promover o estudo nacional. 2) As universidades locais também podem assumir responsabilidades, criando, com os serviços de educação e as referidas escolas, um ambiente e uma plataforma académicos para o ensino nacional, e o ensino e investigação da história de Macau, dando oportunidades de formação e intercâmbio profissionais e contínuos aos docentes em causa, elevando integralmente o seu nível de conhecimentos. 3) Organizar sessões de leitura dos clássicos chineses para professores e alunos, seleccionando alguns clássicos para leitura, e tentando uma discussão conjugada com o estudo nacional e a história e cultura de Macau. 4. Com o desenvolvimento contínuo da “Internet +” e da “inteligência artificial”, a combinação da ciência e tecnologia com a humanidade é uma tendência. A promoção do ensino nacional também pode aproveitá-la para o seu desenvolvimento generalizado.

Creio que, com as várias medidas, poderá ser criada em Macau uma “base de cooperação e intercâmbio que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de culturas diversificadas”, cultivando as sementes da leitura e um corpo docente com qualidade cultural no estudo nacional.

## IAOD do Deputado Lei Chan U em 28.02.2022

### Elaborar a Lei de promoção do emprego para garantir o emprego dos residentes

Segundo o recente Inquérito ao Emprego, a taxa global de desemprego e a taxa de desemprego dos residentes foram de 3,1% e 4,1%, respectivamente, ambas cresceram 0,3% em relação ao período anterior. Considerando o ajustamento do sector do jogo e a recuperação do sector do turismo, não se afasta a possibilidade de a situação de emprego piorar ainda mais.

Antes do surto de COVID-19, a economia estava a desenvolver-se rapidamente e a população tinha pleno emprego e, aliás, com a existência em Macau de uma série de leis e regulamentos laborais definidos para garantir os direitos e interesses dos residentes no acesso ao emprego, tais como a Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais, a Lei das relações de trabalho, a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, o Regulamento dos incentivos e formação aos desempregados e outros leis e diplomas relativos à formação profissional, não eram muitas as exigências da sociedade sobre mais garantias de emprego. Mas, após a eclosão da epidemia, a situação do emprego tem-se agravado rapidamente, e muitos residentes continuam em situação de licença sem vencimento e até de desemprego. O Governo tem prestado vários apoios aos residentes no acesso ao emprego, mas, devido à lenta recuperação económica e à não diversificação das indústrias, a situação continua a ser insatisfatória. O desemprego estrutural a longo prazo pode afectar a harmonia e a estabilidade da sociedade, assim, o reforço da garantia do emprego dos residentes reveste-se de particular importância e urgência.

Para promover o emprego, foi elaborada e aplicada, recentemente no Interior da China, a Lei da promoção do emprego, de modo à articulação com o desenvolvimento económico através do alargamento do emprego, promovendo assim a harmonia e a estabilidade social. Na região de Taiwan, também foi definida e promulgada a Lei de serviços de emprego, para encontrar um equilíbrio entre o controlo da importação de trabalhadores estrangeiros e a garantia do emprego dos residentes, e, nos termos desta lei, o Governo deve, tendo em conta o “indicador de alerta na contratação de trabalhadores estrangeiros”, negociar com os representantes das áreas industrial, académica e laboral para determinar o número de trabalhadores estrangeiros a importar em cada ano; mais, a fim de garantir o emprego da população, foi ainda elaborado um conjunto de diplomas destinados à promoção do emprego, por exemplo, *Regulations for the Implementation of the Employment Promotion Allowances, Middle-aged and Elderly Employment Promotion Act* e respectivas *Enforcement Rules, Regulations for Creating Employment Stability for Middle-Aged and Elderly Employees, Regulations Governing Employment Enhancement of Unemployed Middle-Aged Persons and Elderly Persons, Regulations Governing the Subsidy for Re-employment of Retired Middle-Aged and Elderly Persons, Regulations Governing the Subsidy for Setting up Service Locations for Senior Talents by Local Government*, e *Regulations Governing the Incentives for the Promotion of Employment of Middle-Aged and Elderly Persons*.

Na minha opinião, o acesso ao emprego é o assunto mais importante da vida da população, e a estabilidade e a promoção do emprego contribuem para garantir a qualidade de vida da população. A epidemia do novo coronavírus tem tido um impacto contínuo na economia de Macau, o sector do turismo está a recuperar lentamente e o do jogo entrou numa nova fase de ajustamento. Mais, o envelhecimento da população tende a aumentar, ainda não há uma solução eficaz para o reemprego dos idosos e os recém-licenciados vão entrar em breve no mercado de trabalho, portanto, todos estes factores de instabilidade trazem incerteza ao desenvolvimento harmonioso da sociedade. Assim sendo, o Governo deve colocar a estabilidade e a promoção do emprego numa posição de destaque na acção governativa, implementando uma política activa de emprego e alargando os canais de emprego. A Convenção n.º 122 da Política de Emprego exige a todos os Estados Membros que adoptem uma política activa, visando promover o pleno emprego, produtivo e livremente escolhido. Esta Convenção é aplicável a Macau, assim, há que cumprir, de forma activa, as disposições da convenção internacional do trabalho e definir uma política activa de emprego. Sugiro assim ao Governo que pondere a elaboração de uma lei de promoção do emprego, para salvaguardar o direito ao emprego dos residentes, estabilizar e promover o emprego, bem como assegurar a qualidade de vida da população.

## **IAOD do Deputado Leong Sun lok em 28.02.2022**

### **Preocupação com a elevada taxa de desemprego em Macau e a necessidade de otimizar as políticas e medidas de emprego**

De acordo com o Relatório sobre as Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo – Tendências 2022, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a recuperação do mercado de trabalho global será lenta e incerta, o que poderá perpetuar o impacto e exacerbar a pobreza e a desigualdade. Apela-se aos governos, empregadores e trabalhadores para trabalharem em conjunto, a fim de promover políticas centradas no ser humano, dando prioridade ao pleno emprego, para os trabalhadores terem empregos dignos, prestando apoio às empresas em prol da sua subsistência, protegendo os grupos vulneráveis e promovendo uma recuperação económica inclusiva, sustentável e resiliente.

A epidemia e muitos outros factores levaram à perda de postos de trabalho em muitos sectores de Macau. A taxa de desemprego em Macau voltou a subir para 4,1 por cento no quarto trimestre do ano passado, voltando ao seu ponto mais alto da história da última década. De entre os desempregados, mais de metade perdeu, involuntariamente, o emprego, devido a despedimento, cessação de emprego temporário e encerramento de empresas. Por exemplo, os sectores do jogo, restauração, construção civil, turismo, pesca e alguns postos de trabalho de pessoal civil sofreram uma deterioração mais pronunciada nas condições de emprego.

Em resposta ao impacto da epidemia no ambiente de emprego, as autoridades lançaram uma série de programas de formação e assistência, para ajudar os residentes a encontrar emprego e a mudar, e estes esforços merecem reconhecimento. Mas o número de bons empregos no mercado de trabalho continua a diminuir, e o desemprego estrutural é proeminente. Muitos residentes queixaram-se do vigente regime de trabalhadores não residentes. Muitos candidatos não estão satisfeitos com os postos de trabalho e as remunerações oferecidas, o que resultou em efeitos insatisfatórios dos serviços de conjugação de emprego.

Macau não parou de ser afectada pela epidemia e, com muitos estudantes finalistas a entrarem, sucessivamente, no mercado de trabalho, o risco de desemprego pode aumentar, sem mais medidas de apoio ao emprego. Exorto o Governo a proceder a um estudo específico em prol da implementação de uma nova ronda de políticas e medidas para “estabilizar a economia, garantir o emprego”, a fim de manter a vida da população.

Para desenvolver bem os trabalhos sob a epidemia, sugiro o seguinte:

1. Face à continuidade da epidemia e à nova normalidade económica, espero

que o Governo lance políticas e medidas, para promover a estabilidade económica e acelerar a recuperação económica e o desenvolvimento das indústrias emergentes, aproveitando plenamente as medidas da Zona de Cooperação Aprofundada para apoiar o emprego dos residentes de Macau, criando mais postos de trabalho para os residentes e jovens locais.

2. Criar mais cursos de formação profissional para diferentes sectores e níveis; melhorar a formação subsidiada; realizar mais cursos de “formação remunerada em serviço”, em colaboração com as empresas; aperfeiçoar o Plano de Estágio “Criar Melhores Perspectivas de Trabalho”, alargando os seus destinatários e âmbito, a fim de reforçar as acções de formação profissional orientada para a empregabilidade; e aperfeiçoar a plataforma de conjugação de emprego *online* e *offline* para elevar a sua eficácia.

3. “Ganhar menos” é só uma medida temporária e “esforçar-se para progredir” é o caminho a longo prazo. Há muitos TNR em Macau actualmente, e muitos deles estão a assumir bons postos de trabalho, que os trabalhadores locais querem. O Governo deve fazer uma análise detalhada e aperfeiçoar o mecanismo de gestão dos TNR, para devolver os bons postos de trabalho aos residentes, garantir a sua prioridade no acesso ao emprego e otimizar o seu espaço de desenvolvimento profissional. Apelo à população para valorizar e agarrar as oportunidades de emprego e elevar a sua competitividade; encorajo os jovens a não terem medo do trabalho árduo e, com a determinação de progredir, a adaptarem-se ao novo ambiente económico e de emprego.

## **IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 28.02.2022**

### **Extensão da passagem pedonal superior ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa, até ao Edifício do Lago**

A taxa de ocupação do Edifício do Lago e dos edifícios vizinhos é cada vez mais elevada, e as deslocações dos residentes até ao centro da Taipa são feitas, essencialmente, a pé. Com a entrada em funcionamento, em 2021, da travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa, esta passou a ser a principal via pedonal. Com vista a conhecer as necessidades e a situação da população sobre o ambiente pedonal, uma associação iniciou um inquérito sobre a extensão da travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa, até ao Edifício do Lago, e cerca de 80% dos inquiridos apoiam a extensão da travessia pedonal ao redor do Edifício do Lago.

Segundo os Resultados preliminares do Censos 2021, divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), a população da Baixa da Taipa já atingiu 75 700 pessoas. Durante cerca de dez anos, foram concluídos mais prédios e grandes habitações públicas na zona norte da Taipa. O desenvolvimento desta zona tem estado estagnado devido a problemas com a propriedade dos terrenos, e há outros problemas frequentes ao nível das deslocações, como conflitos entre peões e veículos, engarrafamentos, inundações, etc., que constituem um grande obstáculo para o futuro desenvolvimento daquela zona. Assim, os moradores esperam que o Governo aperfeiçoe as condições das deslocações sem barreiras e o sistema pedonal. Mais, para além das expectativas na extensão do projecto “travessia pedonal”, desejam também o aperfeiçoamento dos principais trilhos, tais como o Caminho das Hortas, Povoação de Sam Ka e Povoação de Cheok Ka, para se criar um ambiente pedonal livre de barreiras.

A empreitada da “Travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães”, na Taipa, foi concluída e a situação da sua utilização é muito boa. Segundo uma sondagem, 95% dos inquiridos usam essa travessia, dos quais 67% usam-na pelo menos duas vezes por semana, por isso os resultados são positivos. No entanto, para se fazer a ligação ao Edifício do Lago, o itinerário e os pontos de acesso têm de coadunar-se com o “Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa”, por isso, o Governo deve impulsionar rapidamente o desenvolvimento desse plano, para se estender essa travessia a outros locais. Como é evidente, os cidadãos vão estar preocupados com os custos, com a concepção e a duração das obras, a sua resistência à poluição, a durabilidade dos materiais, e o trânsito rodoviário, entre outros aspectos, que vão ter impacto nas expectativas e na paciência dos cidadãos. Assim sendo, proponho ao Governo que tome como referência a experiência adquirida com a construção da travessia pedonal em causa, e pondere ao detalhe os impactos durante a execução das obras, por forma a minimizar os prejuízos para o trânsito e as deslocações diárias dos cidadãos.



## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 28.02.2022**

### **Espera-se que as autoridades optimizem as medidas de apoio para promover o emprego dos residentes**

Nos últimos meses, registaram-se sucessivos surtos nas regiões vizinhas e, em Macau, registaram-se vários casos importados, portanto os trabalhos de prevenção e controlo da epidemia estão a enfrentar muitos desafios, sobretudo ao nível da prevenção de casos importados. Espero que as autoridades continuem a controlar com rigor todas as fases de prevenção e controlo da epidemia, sendo necessária a colaboração contínua da sociedade para uma melhor articulação com as medidas de prevenção e vacinação, a fim de nos protegemos a nós próprios e aos outros.

Ao mesmo tempo, devido à pandemia, o número de turistas diminuiu, o ritmo da recuperação económica é lento e os diversos sectores estão a ser profundamente afectados. O Governo tem lançado uma série de medidas para manter a economia estável e garantir a qualidade de vida da população e desenvolver os trabalhos de conjugação de emprego, a fim de estabilizar o mercado e aliviar a pressão do emprego. Segundo um inquérito ao emprego efectuado no 4.º trimestre do ano passado pelos Serviços de Estatística e Censos, a taxa de desemprego dos residentes subiu para 4,1%, a população desempregada atingiu 11,9 mil e a população em subemprego atingiu 15 mil, por isso, é preciso resolver o problema do emprego; e os recentes casos de despedimento colectivo em alguns sectores, tais como no jogo e na construção civil, veio agravar ainda mais a pressão sobre o mercado de emprego. Solicito ao Governo que aperfeiçoe o apoio ao emprego e as medidas de apoio, e que, a longo prazo, tendo em conta o desenvolvimento económico e as mudanças na procura de recursos humanos, aperfeiçoe as políticas de promoção do emprego e promova o desenvolvimento dos talentos.

A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) está a ajudar os trabalhadores afectados, criou balcões especiais, presta serviços de apoio ao registo de emprego e na organização de sessões específicas de serviços de conjugação de emprego. Tendo em conta que são muitos os candidatos a emprego e que há muitos factores que podem afectar a conjugação de emprego, as autoridades precisam de muito tempo para tratar do assunto. Alguns trabalhadores sofrem grande pressão financeira, por isso, ficam muito ansiosos. Espero que as autoridades continuem a lidar com este assunto, em particular com a concretização da medida de assegurar a prioridade ao emprego dos residentes, a par de uma gestão adequada dos trabalhadores não residentes. A par disso, as autoridades devem aditar, no âmbito das obras públicas e serviços, o requisito de recrutamento dos trabalhadores locais, incentivar as grandes empresas com mais necessidades de recursos humanos, tais como, as

concessionárias do jogo, a contratar trabalhadores locais, criando mais postos de trabalho adequados aos residentes, com vista a atenuar as suas dificuldades de emprego.

Ao mesmo tempo, existe um problema de desemprego estrutural em alguns sectores. Alguns candidatos a emprego não conseguem mudar de emprego porque têm dificuldade em adquirir novas competências num curto espaço de tempo, e podem estar desempregados devido à falta de experiência e à velhice. Espero que as autoridades continuem a melhorar o plano de formação subsidiada e reforcem a comunicação e a cooperação com as empresas em matéria de formação e estágio, de modo a introduzir cursos que respondam melhor às necessidades do mercado e ajudem os desempregados a adquirir competências e a aumentar a taxa de sucesso dos serviços de conjugação de emprego.

Mais, segundo o Relatório das LAG para este ano, há que incentivar as empresas a organizar a participação dos trabalhadores na formação em serviço remunerada, programa no âmbito do qual os desempregados podem ao mesmo tempo aprender e pôr em prática, com vista a conseguirem oportunidades de emprego, rumo este que é merecedor do nosso reconhecimento. Espera-se que as autoridades lancem, quanto antes, o plano em concreto e dêem continuidade ao “Plano de estágio para criara melhores perspectivas de trabalho”, alargando o âmbito dos respectivos destinatários e permitindo a participação dos recém-graduados e demais desempregados que reúnam as devidas condições.

Por fim, o Governo da RAEM lançou, em Outubro do ano passado, oito medidas de apoio para aliviar a pressão das PME nos negócios e as dificuldades dos trabalhadores, contribuindo para a continuidade dos lojistas e garantindo o emprego dos locais. Espera-se que as autoridades revejam o efeito efectivo destas medidas, definam um plano de resposta e avaliem, constantemente, o impacto resultante da situação de pandemia para o mercado, lançando, atempadamente, medidas para melhor aumentar a confiança do mercado em geral, com vista a promover a estabilidade no acesso ao emprego.

2022-02-28 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

**“O arranque do Ano Novo do Tigre ficou marcado pelo aumento dos preços de vários produtos alimentares e muitos outros bens essenciais. Pão, água engarrafada, carnes, (porco, galinha), mariscos, vegetais, botijas de gás, gasolina, e até o chá e o café estão mais caros.”**

Os trabalhadores, pensionistas e as suas famílias, os desempregados, idosos e as suas famílias, os deficientes, os monoparentais e as suas famílias, todos sentem em comum, nos seus bolsos, o aumento dos preços de bens e serviços essenciais e a única solução que têm é “apertar mais os cintos”. Os preços subiram e vão-se estendendo aos outros produtos e serviços, especialmente acentuado nos produtos energéticos (botijas de gás e gasolina) e nos produtos de primeira necessidade. Os salários estão estagnados e vão-se reduzindo com menos dias de trabalho (trabalhadores dos casinos) e os que mais sofrem são os desempregados e as suas famílias e principalmente os idosos.

São acentuados o aumento dos preços no gás, as telecomunicações, a alimentação (pão, hortaliças, peixe, carne, azeite e óleos de cozinha, etc.), e o vestuário, calçado e os seguros e serviços bancários têm aumentos anunciados pelas grandes empresas privadas que dominam a maioria destes sectores.

O crescente desfasamento entre a evolução dos rendimentos nos últimos vinte anos (devido à importação de mão-de-obra não residente) particularmente dos salários e das pensões, e o aumento do custo de vida, reflecte-se também no aumento da pobreza e exclusão social e o aumento do fosso entre os ricos e pobres. A classe média está-se a diluir e tornar-se pobre.

Todos sentimos a ineficácia das medidas de apoio financeiro para o corrente ano (subsídio e pensão para idosos, plano de participação pecuniária destinados ao bem-estar da população. Esta ineficácia, resulta do facto, de o Governo ir de imediato aos “bolsos” dos cidadãos retirando parte destes apoios financeiros, como aconteceu, por exemplo, com o recente aumento das propinas na Universidade de Macau aos estudantes locais, muitos deles são filhos destes idosos ou filhos destes desempregados. E existem muitos mais exemplos da ineficácia destes apoios.

As estatísticas demonstram que cada vez mais os residentes adquirem bens essenciais em “Gongbei” ou são obrigados a consumir refeições e adquirir serviços nas regiões adjacentes a Macau por serem mais baratas que em Macau.

Devido à estagnação dos salários, pensões dos idosos e de aposentação e sobrevivência tornou-se notória a degradação das condições de vida da generalidade da população e só não vê quem não quer ver. E esta situação não pode ser desligada das consequências do aumento brutal dos preços dos principais bens essenciais.

Com o “fechar das portas” ou a falência de PME's, muitas outras irão fechar, devido às escavações viárias de duração prolongada, de meses e meses face à insuficiência de trabalhadores (Rua Correia da Silva na Taipa) provavelmente ocupados noutras obras, a situação económica vai piorar devido ao aumento do número de desempregados e famílias por sustentar. As autoridades competentes desleixam na fiscalização das obras e fazem-se de “ouvidos de mercador” mesmo após o recebimento das múltiplas queixas. As respectivas tutelas dos serviços devem actuar e tomar medidas, assacando-se responsabilidades por estas balbúrdias que acontecem tanto na Taipa como em Macau.

Neste contexto, é urgente que o Governo combata a precaridade e aumente a protecção efectiva dos cidadãos principalmente dos que estão no desemprego, os idosos e idosos acamados, as famílias monoparentais, os deficientes e os trabalhadores com ordenados baixos e elevado agregado familiar.

Devem ser introduzidas alterações legais permitindo a distribuição imediata das 7 mil patacas aos idosos que vinham sendo concedidas desde o ano de 2010 no âmbito do Regime de Previdência Central não Obrigatório e sejam também aumentadas as pensões de aposentação e de sobrevivência dos idosos, e de todas outras importantes prestações sociais para poderem enfrentar a carestia de vida local porque são de facto as camadas mais vulneráveis da sociedade civil.

Muito Obrigado.

## **IAOD do Deputado Che Sai Wang em 28.02.2022**

### **Promover os carros a energias alternativas, para construir uma Macau hipocarbónica**

O ecossistema é a base do desenvolvimento saudável da sociedade e da economia. Para alcançar os objectivos ambientalistas da nova conjuntura, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental divulgou, em 19 de Janeiro de 2022, o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025), para orientar os trabalhos nos próximos cinco anos. Segundo o documento, no âmbito da directriz “responder em conjunto às alterações climáticas, transformar Macau num centro ecológico e de baixo carbono”, o Governo vai promover o desenvolvimento hipocarbónico e a generalização dos carros a energias alternativas.

Para isso, o Governo atribui benefícios fiscais para incentivar a compra de carros a energias alternativas, em vez de carros a gasolina, mas a falta de postos de carregamento está a afectar a vontade dos compradores. Há apenas 200 postos de carregamento, objectivo definido no Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico (2016-2020), e o Governo não tem planos concretos para a instalação de novos postos públicos. Para a instalação em edifícios privados, é preciso resolver os problemas relacionados com o aumento da capacidade das instalações eléctricas, reinstalação dos cabos e repartição dos custos entre os proprietários. Assim, a falta de instalações complementares para os referidos carros está a afectar gravemente a vontade de os comprar.

No passado dia 24, os Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) lançaram o Plano de Concessão de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos Obsoletos e a sua Substituição por Motociclos Eléctricos Novos, fixando em 3500 patacas o montante do apoio financeiro a conceder por cada motociclo qualificado para abater e substituir por motociclo eléctrico novo matriculado. Porém, os motociclos eléctricos são caros, variam entre as dezenas e as centenas de milhares de patacas, e o montante do subsídio não é suficiente para atrair os proprietários a substituir os seus motociclos. Além disso, de acordo com os dados do “Plano de instalação de equipamentos para carregamento de veículos eléctricos em parques de estacionamento públicos”, existem apenas 2 postos de carregamento gratuito para motociclos, localizados na Península de Macau, o que é bastante inconveniente para os utilizadores de motociclos de outras zonas de Macau. Mais, segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, até ao dia 31 de Dezembro de 2021, havia em Macau 326 motociclos eléctricos (incluindo motociclos ligeiros e pesados) e segundo as previsões, cerca de 10 a 30% dos motociclos elegíveis (cerca de 2550 a 7650 motociclos) vão participar no Plano de apoio financeiro, por isso, os 2 postos de carregamento não vão conseguir dar resposta à enorme procura.

Para impulsionar o desenvolvimento de baixo carbono e transformar Macau

numa cidade verde e de baixo carbono, sugiro ao Governo o seguinte, em prol da promoção de veículos movidos a novas energias:

1. Aperfeiçoamento das instalações complementares dos automóveis movidos a novas energias e dos motociclos eléctricos. Há que acelerar o planeamento e o aumento do número de postos públicos de carregamento, e ajudar a resolver o problema da instalação de equipamentos para carregamento nos edifícios privados, efectuando, nomeadamente, o registo dos edifícios que necessitam da referida instalação e proceder ao devido acompanhamento.

2. Como os veículos movidos a novas energias e os motociclos eléctricos são mais caros, a insuficiência dos benefícios concedidos não apela à sua aquisição. Por isso, é necessário reforçar o apoio financeiro à aquisição desses veículos, adoptando, por exemplo, medidas de apoio à substituição de veículos velhos por aqueles, para aumentar o entusiasmo dos cidadãos na respectiva aquisição, com vista a promover o uso de veículos movidos a novas energias.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 28.02.2022

### **Exortar o Governo a melhorar a fiscalização das plataformas de serviços de entrega de “takeaway”**

Sob a influência contínua da epidemia, todos os sectores de Macau estão a enfrentar desafios de diferentes níveis, por exemplo, o sector da restauração, que levou ao rápido desenvolvimento das lojas de *takeaway* nos últimos dois anos, e à reconversão de muitas micro, pequenas e médias empresas, que aderiram a estas plataformas para manter o seu negócio, conquistando novas fontes de clientes.

De um modo geral, a relação entre as plataformas de “takeaway” e as micro, pequenas e médias empresas é de complementaridade e cooperação estreita. No entanto, muitos lojistas dizem que as “amam e odeiam” ao mesmo tempo, pois têm surgido muitos conflitos entre as duas partes. Os lojistas esperam aumentar o volume de negócios através das plataformas, mas devido à complexidade dos serviços dessas plataformas e ao longo período de liquidação, as micro, pequenas e médias empresas deparam-se com falta de capital, o que resulta em dificuldades de exploração.

Recentemente, a minha equipa de trabalho recebeu muitas queixas de lojistas sobre a situação, afirmando que, apesar da celebração de acordos de serviço com as plataformas referidas, não se refere claramente o prazo de liquidação. Além disso, embora esteja estipulado que a liquidação é feita em cada 15 dias, na realidade, este prazo é muitas vezes adiado até um mês, o que aumenta gravemente a pressão sobre o fluxo de caixa dos lojistas.

Segundo alguns lojistas, estas plataformas de serviços propõem, de vez em quando, a actualização de preços, e os lojistas não têm outro remédio senão aceitar, para manter o número de encomendas. O pior é que as plataformas cobram taxas de entrega quer aos lojistas quer aos consumidores, ou seja, há dupla cobrança. Perante estas situações caóticas, muitos lojistas lamentam que só podem “engolir em seco”.

O Governo implementou, no ano passado, o “Regime de registo de estabelecimentos de actividades de *takeaway*”, a fim de impor um registo obrigatório e regulamentar a criação e a exploração das lojas de *takeaway*. No entanto, a sociedade espera que o Governo reforce também a fiscalização destas plataformas com vista a que estas, os comerciantes e os consumidores assumam as respectivas responsabilidades e deveres.

Pode tomar-se como referência a supervisão destas plataformas no nosso País, que são reguladas pelas disposições da lei de segurança alimentar e pelas metodologias de fiscalização e gestão da segurança alimentar para as plataformas de prestação de serviços de restauração *online*, em articulação com a lei

anti-monopólio, com vista a garantir a segurança alimentar, a saúde pública e a justiça no consumo.

Este ano, o País lançou algumas políticas para a promoção da recuperação dos sectores com dificuldades na área da prestação de serviços, e sete delas destinam-se ao sector da restauração, incluindo o seguinte: a definição clara de que as plataformas de *take-away* necessitam de reduzir as suas tarifas para beneficiar os lojistas, com vista a aliviar a pressão dos custos de exploração; e a criação de um ambiente concorrencial e de negócio justo, para superar, em conjunto, as dificuldades. Olhando para Macau, verifica-se que esses trabalhos devem ser melhorados e acelerados.

As plataformas de *take-away*, um novo modelo de consumo devido à epidemia, recebem muitas encomendas, portanto, a sua função é muito importante. Estas têm o dever de oferecer informações de consumo justas aos clientes, e devem aproveitar bem os dados e meios tecnológicos para reduzir os custos de exploração dos lojistas, para, em conjunto, superarem as dificuldades. O Governo já fiscaliza a segurança alimentar e as licenças dos lojistas, mas deve também criar um mecanismo de fiscalização para assegurar o funcionamento diário, a segurança financeira e as garantias laborais dessas plataformas, com vista a garantir a segurança e a justiça dos utentes e dos lojistas.

Para promover a justiça no consumo, sugiro ao Governo que resolva este fenómeno caótico através de dois meios:

1. Garantir a segurança na liquidação de fundos pelos lojistas e regular os actos de liquidação com periodicidade variável e não pormenorizados. Proponho ao Governo que implemente uma lei de gestão financeira, para reforçar a fiscalização das plataformas de *“take-away”* e das transacções financeiras com os lojistas, garantindo os direitos e interesses dos lojistas e que as verbas são destinadas especificamente aos seus fins, e que regulamente o funcionamento das referidas plataformas, para evitar cobranças repetidas por parte das plataformas, acabando com a situação de cobrança arbitrária de taxas de serviços aos lojistas.

2. Quanto à fiscalização do mercado, a cobrança de taxas de serviços é naturalmente um acto comercial, mas as plataformas de *“take-away”* são mais fortes do que os lojistas, portanto, caso haja aumento arbitrário de preços ou taxas irrazoáveis, os lojistas não têm alternativa. Sugiro assim a revisão dos respectivos diplomas e regulamentos legais e o reforço da fiscalização, com vista a garantir o desenvolvimento ordenado do sector.

Por último, as plataformas de venda de comida *online* são empresas emergentes que surgiram devido à epidemia, portanto, o Governo deve proceder bem à respectiva fiscalização e definir orientações, para que essas plataformas possam promover o desenvolvimento coordenado e saudável das micro,



pequenas e médias empresas, ajudando-as na sua recuperação sem sobressaltos durante a epidemia.

## **IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 28.02.2022**

### **Promover o mecanismo de recolha de informações sobre os preços dos produtos petrolíferos, com vista à salvaguarda dos direitos e interesses da população**

Sob o impacto contínuo da epidemia, a economia de Macau está a recuperar lentamente, e a pressão da vida da população, sobretudo das famílias mais desfavorecidas, está a agravar-se, mas os preços dos produtos petrolíferos, intimamente ligados aos custos de vida da população, continuam a aumentar. Veja-se o exemplo do gás de petróleo liquefeito (GPL): segundo os dados dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, o seu preço médio de venda a retalho em finais de Outubro de 2020 era de cerca de 15 patacas por quilo e aumentou para cerca de 20 patacas por quilo no dia 10 deste mês, ou seja, de cerca de 200 para cerca de 270 patacas, um aumento de 35 por cento, com base numa botija de 13,5 kg de GPL. Quanto aos combustíveis para veículos, a gasolina sem chumbo de 98 octanas passou de 12,23 patacas por litro, no dia 1 de Janeiro deste ano, para 13,07 patacas, em 25 do corrente mês, um aumento de 6,9 por cento. Assim, muitos residentes questionam o aumento contínuo dos preços dos produtos petrolíferos.

A economia de mercado tem os seus princípios de funcionamento livre, mas o preço dos produtos petrolíferos afecta directamente os custos de vida da população e os de exploração dos vários sectores. Os produtos referidos e os respectivos sectores estão estreitamente relacionados com a vida da população e, caso os preços subam irracionalmente, acabam por afectar o público. Assim, o Governo tem toda a responsabilidade de esclarecer se existem preços irrazoáveis para os referidos produtos indispensáveis e dificilmente substituíveis para a vida da população, e de os controlar adequadamente consoante a situação real, assegurando, assim, a ordem normal de negócios no mercado e os direitos e interesses legítimos dos consumidores.

É de salientar que a Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor entrou já em vigor em 1 de Janeiro deste ano, e nela se prevê que “[n]o intuito de proteger os interesses económicos do consumidor, quando os preços dos bens fornecidos ou dos serviços prestados ao consumidor se encontrem em situações de oscilação acentuada ou injustificadamente elevados, o CC pode, para efeitos de investigação e estudo sobre a formação dos preços em causa, proceder à recolha das informações que forem necessárias, as quais devem ser actuais, objectivas e completas”. Esta disposição fornece a base jurídica para as autoridades determinarem a razoabilidade dos custos e preços dos produtos, e proporciona um suporte legal para o futuro exercício das respectivas competências e funções. Na resposta a uma interpelação escrita minha, dada recentemente pelas autoridades, refere-se que, nesta fase, o Governo se está a inteirar do funcionamento dos fornecedores de combustível através dos dados disponibilizados, em prol da preparação preliminar para aplicar essa disposição.

Actualmente, muitas vozes na sociedade questionam a subida irrazoável dos preços dos produtos petrolíferos em Macau. Mais, considerando que agora os serviços públicos já têm uma base legal e as suas competências estão claras, e tendo já sido iniciado o trabalho preliminar sobre essa matéria, solicito ao Governo que accione, rapidamente e de acordo com as disposições legais, o mecanismo de recolha de informações sobre os produtos. Deve também investigar e estudar a formação dos preços dos produtos petrolíferos, e solicitar às operadoras que forneçam informações actualizadas, objectivas e completas sobre os preços, para que o Governo e a sociedade possam avaliar se o seu aumento é razoável. Ao mesmo tempo, com base na entrada em vigor formal da “Lei de defesa do consumidor”, sugiro que se promova, quanto antes, o estudo sobre a produção legislativa de uma lei antimonopólio ou de concorrência leal, por forma a evitar o oligopólio e a prática de cartel, para melhor garantir a concorrência justa no mercado e os direitos e interesses dos consumidores.

## IAOD do Deputado Lam U Tou em 28.02.2022

### **Não responder superficialmente às interpelações e pedidos de informações dos deputados e aperfeiçoar a relação entre o poder administrativo e o poder legislativo em prol da boa governação**

No dia 23 de Dezembro do ano passado, apresentei uma interpelação escrita sobre a plena avaliação dos investimentos, operações e despesas do Metro Ligeiro ao longo dos anos, na qual peço ao Governo que assegure que a Linha Leste corresponda à utilização racional do erário público. O Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI) respondeu, no dia 18 de Janeiro deste ano, mas quanto às três questões que coloquei, limita-se a duas frases: “as respostas às questões em causa foram detalhadamente apresentadas pelos representantes do Governo, na sessão plenária de interpelação oral na Assembleia Legislativa de 18 de Janeiro de 2022.”.

É de salientar que a interpelação escrita e a oral são formas diferentes de interpelação, e na sessão de interpelação oral que teve lugar no dia 18 de Janeiro, os membros do Governo limitaram-se a responder, parcialmente, às questões relativas à responsabilidade pela suspensão do funcionamento e substituição dos cabos eléctricos na Linha da Taipa e ao orçamento da Linha Leste, sem fazerem qualquer referência às primeira e terceira questões da minha interpelação escrita, já para não falar de que “as respostas às questões em causa foram detalhadamente apresentadas”.

Importa salientar que a interpelação escrita e a oral são processos diferentes e as formas de resposta também são substancialmente distintas. Em relação à primeira, o artigo 15.º da Resolução n.º 2/2004 (Processo de Interpelação sobre a Acção Governativa) já estipula expressamente que “o Governo deve responder, por escrito, no prazo de trinta dias a contar da data da recepção do requerimento pelo Chefe do Executivo”, e em relação à segunda, exige-se aos membros do Governo que respondam oralmente no plenário às perguntas e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos deputados. Mais, na sessão de interpelação oral realizada no passado dia 18 de Janeiro, o Governo não deu qualquer resposta escrita à interpelação oral sobre o metro ligeiro. O Governo, com o pretexto de que “as respostas já foram detalhadamente apresentadas na sessão de interpelação oral”, respondeu à minha interpelação escrita apenas com duas frases, o que demonstra obviamente que não respeita as disposições da Assembleia Legislativa e do Regimento da Assembleia Legislativa. Se o Governo continuar a ignorar este problema, vai ser necessariamente prejudicada a confiança mútua entre o poder administrativo e o poder legislativo!

A alínea d) do artigo 2.º do Regimento confere aos deputados a faculdade de “solicitar ao Chefe do Executivo e ao Governo da RAEM, as informações e publicações oficiais que considerem indispensáveis ao exercício do seu mandato”. Muitos deputados, incluindo eu próprio, invocaram o referido artigo para

solicitarem, através da AL, informações aos serviços públicos, no cumprimento do seu poder de fiscalização das acções governativas.

No entanto, o conteúdo das respostas dadas por alguns serviços públicos não corresponde às exigências dos deputados. Por exemplo, solicitei ao Governo o relatório sobre o incidente ocorrido durante a operação da Linha da Taipa do Metro Ligeiro e o relatório do fornecedor do sistema sobre a substituição de cabos eléctricos, mas, o Governo apenas me facultou uma resposta, com o conteúdo reordenado e retirado de uma nota de imprensa, sem o texto integral dos referidos relatórios; outro exemplo: pedi ao Governo a documentação do concurso público sobre os dispositivos instalados nos táxis, e exigi expressamente o “processo de concurso e texto integral do programa do concurso”, porém, o Governo só respondeu com as informações do seu *website*, nas quais só se elencam os pontos essenciais do processo de concurso e não há o texto integral dos dois documentos referidos.

É de salientar que, para promover uma interacção positiva entre os órgãos executivo e legislativo, o Governo deve respeitar o poder de fiscalização da AL. A interpelação escrita, a interpelação oral e o pedido de informações são instrumentos importantes do poder de fiscalização atribuído aos deputados pela Lei Básica da RAEM e pelo Regimento da AL. Se o Governo deixar que os seus dirigentes respondam, com menosprezo, às interpelações dos deputados ou se esquivem às informações solicitadas pelos mesmos, a confiança mútua entre os órgãos executivo e legislativo será prejudicada, o desejo do Governo Central de uma interacção positiva entre estes órgãos não será alcançado, e a transparência e a credibilidade do Governo serão também postas em causa.

Apelo ao Governo para aceitar as opiniões e responder, de forma positiva, activa e responsável, às interpelações e às solicitações de informações dos deputados, e para alcançar, segundo as exigências do Governo Central, a interacção positiva entre os órgãos executivo e legislativo, com vista à concretização conjunta de uma boa governação.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 28.02.2022**

### **Lançar novas medidas de apoio financeiro para dinamizar a economia interna**

A epidemia eclodiu há mais de 2 anos e a economia de Macau foi gravemente afectada, sobretudo o mercado externo, que quase estagnou. O Governo com a boa e activa aplicação do erário público, implementou, sucessivamente, três rondas de medidas de apoio financeiro para salvar o mercado local, o que contribuiu para activar atempadamente o circuito interno de Macau, mantendo, assim, a vitalidade do nosso mercado interno. Em paralelo, durante o período de estabilidade da epidemia, reforçou continuamente os elementos turísticos, como a retoma de desfiles de carros alegóricos e a realização de espectáculos de drones, a fim de atrair turistas e dinamizar o mercado económico. Com os esforços do Governo, especialmente dos Serviços de Turismo e dos operadores turísticos, no ano passado, houve um crescimento quer no número de turistas, quer no volume de consumo, o que demonstra que a economia de Macau está a recuperar gradualmente.

Apesar de o número de visitantes ter aumentado em grande escala e o consumo total ter subido para 24,4 mil milhões, o ritmo de recuperação é ainda lento, e muitos sectores enfrentam problemas de sobrevivência. Mormente, neste período de ajustamento profundo do sector do jogo, em que as perspectivas de negócios das micro, pequenas e médias empresas são fracas, os trabalhadores continuam a ser afectados por factores como o desemprego, férias não remuneradas e redução de rendimentos, e o ambiente de negócios e o mercado de emprego continuam em desaceleração, com o aumento significativo da pressão sobre a economia e a vida dos residentes.

A economia de Macau dificilmente consegue recuperar devido à complexidade e às incertezas do ambiente económico externo, pelo que a capacidade de resposta da sociedade está constantemente a diminuir, os encargos da população estão a aumentar de forma continuada, especialmente os das famílias com baixos rendimentos, e as PME continuam a enfrentar dificuldades. O Governo da RAEM deve rever, atempadamente, o actual desenvolvimento do ambiente económico, e ajustar atempadamente as políticas e medidas, nomeadamente, lançar, mais uma vez, novas medidas de apoio, com vista a ajudar as PME a manterem a sua vitalidade e a ajudar os residentes a ultrapassarem as dificuldades económicas, para elevar a confiança dos diversos sectores da sociedade.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Devido ao impacto da pandemia no exterior, a economia continua numa situação instável e dificilmente se vai conseguir promover a circulação externa da mesma. Além disso, devido ao recente surto de pandemia nas regiões vizinhas, o actual ambiente não consegue uma recuperação significativa. Mais, devido aos

problemas estruturais da sociedade, é difícil manter a vitalidade da economia. Assim, o Governo deve aumentar as medidas de estímulo para a circulação interna da economia, implementando, mais uma vez, o cartão de consumo electrónico no valor de 5000 patacas, para estimular directamente a economia interna, manter a vitalidade desta e promover o investimento e o consumo interno, a fim de apoiar a recuperação gradual da economia de Macau.

2. Devido à instabilidade do mercado económico, as empresas enfrentam pressão de exploração, e os trabalhadores continuam desempregados e com rendimentos bastante reduzidos, suportando a pressão de emprego e de subsistência. Com uma inflação significativa no mercado, as PME e os trabalhadores não têm capacidade de resiliência. O Governo pode aprender com as medidas de apoio adoptadas, por exemplo, de isenção do pagamento de água e de electricidade durante três meses, para reduzir os encargos das empresas e dos residentes.

3. O ambiente externo está constantemente a sofrer o impacto da epidemia e, como a estrutura económica de Macau ainda é monótona, as PME dificilmente continuam a resistir aos crescentes riscos do exterior, por isso o Governo afirmou que ia reforçar o apoio às micro, pequenas e médias empresas. Quanto à respectiva protecção, o Governo deve criar um Fundo Contra Riscos para as PME, para dar apoios económicos eficazes e directos, e reforçar, como forma de garantia, as suas capacidades contra riscos imprevisíveis.